



Educação e precarização

Benedicto Ismael Camargo Dutra (*)

Precisamos de uma geração forte, bem preparada para a vida, disposta a empregar o melhor de si para alcançar um futuro melhor e humano

Os jovens precisam aprender a refletir e a liberar a ampla visão intuitiva e ter a consciência de que é preciso aprender sempre, pois a vida é o necessário aprendizado do espiritual e do material. As crianças têm de aprender como funciona a natureza, que tudo contém. Se não houver um trabalho para fortalecer as novas gerações com base na Verdade das leis da natureza, o futuro será sombrio.

A atividade sexual faz parte da natureza, o erro foi negar isso por séculos, até o tabu arrebatador de forma inconstante e deu nessa balburdia sexual como consequência da falta de naturalidade, mas o desregramento que está ocorrendo agora entre jovens e entre adultos também é consequência da falta de naturalidade, resultando em doenças, gravidez precoce e declínio da espécie humana em todos os sentidos.

Os municípios foram deixados em mãos incompetentes e gananciosas. Rios destruídos, tratamento de esgoto relaxado, aglomerados de moradias precárias. As crianças, em vez de aprender como funciona a natureza, foram direcionadas para outras práticas inferiores, orientação sobre sexo sem que soubessem como funciona a geração responsável. Se não houver um trabalho para fortalecer as novas gerações, sem mentiras dogmáticas, não teremos futuro.

O que ganhamos até hoje com a globalização? O Brasil continua atrasado, endividado, com educação e indústria em retrocesso. Rico em recursos naturais, mas miserável em sua qualidade de vida. Quando se substitui renda por crédito, só pode dar tomate pisado. É o que estamos vendo hoje. Sem produção, emprego, renda, não há solução. O Brasil recebeu um irônico apelido - o país da fantasia -, pois sempre pôs de lado a realidade, estruturando as decisões em bases falsas.

No século 20, em meio a embates entre oligarquias e esquerdistas, não havia um rumo claro. A partir de 1964, os militares tinham metas claras, embora a transamazônica também continha uma dose de precocidade ilusória e o desconhecimento da região, mas de alguma forma assegurou o mando. Sem capital, os investimentos foram na base

de financiamento externo com juro variável que acabou chegando à taxa de 20% fazendo tudo desabar.

De lá para cá só remendos e âncora cambial, indústria e educação regredindo, o Estado incentivando consumo com crédito em vez de produção e renda. Então a classe política revelou toda a sua demagogia. Desvio de dinheiro, populismo, dólar barato, foram sugando a energia taurina. Hoje o bezerinho está fragilizado, tendo de recomeçar outra vez, mas a época é outra; outras forças estão se digladiando. Espera-se que, cortando todo o desperdício e corrupção, o touro possa redespertar.

Na gestão pública, orçamentos estourados, apagão mental, perda no bom senso, excessiva confiança nos computadores, são o destaque e mostra seus efeitos para onde quer que se olhe. Adentramos numa fase em que o heroísmo deixou de ser valorizado. Predominam a cobiça e a bandagem. É a época em que poder e dinheiro subiram à cabeça das pessoas, mas a felicidade foi embora mesmo com muitos dólares no bolso.

O emaranhado do desarranjo global é complexo. Vivemos um momento bem especial, as esperanças do grande salto da humanidade para uma vida de paz e progresso não se realizou, ao contrário, em vários aspectos houve um declínio ético, moral, mental, espiritual. O ser humano está perdendo a capacidade de visualizar com a intuição o que está se passando no mundo.

O chamado aquecimento global mostra a reação da natureza. Estamos vivendo tempos fora do padrão de equilíbrio. A natureza mostra a sua força e se diz contrariada com a forma como tem sido tratada. Não será com governo global, que poderá padronizar tudo e acabar com a sadia diversidade de povos e culturas, que encontraremos a solução.

Contra a força da natureza e suas leis somos impotentes, o que nos resta é reconhecer e respeitar suas leis e sua lógica interrompendo a prepotente forma de lidar com ela e seus recursos colocados à disposição da humanidade para que tivesse uma sobrevivência condigna, mas que, com ignorância, ganância e imediatismo provocou feiura, misérias e infelicidade.

(*) - Graduado pela FEA/USP, faz parte do Conselho de Administração do Prodigy Berrini Grand Hotel, é articulista colaborador de jornais e realiza palestras sobre temas ligados à qualidade de vida. Coordena os sites (www.vidaaprendizado.com.br) e (www.library.com.br). E-mail: (bicdutra@library.com.br); Twitter: @bidutra7.

Aprovada preferência a produtores locais em compras de alimentação escolar

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado aprovou, ontem (4), projeto que dá preferência da compra de produtos para a merenda escolar de produtores rurais e suas cooperativas em regime de economia solidária

Atenção é que os alimentos servidos na merenda escolar contribuam para incentivar a economia solidária regional. O texto segue para análise na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde recebe decisão terminativa.

O projeto do senador Otto Alencar (PSD-BA), altera a Lei nº 11.947, de 2009, que instituiu o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para incluir a economia solidária no artigo que incentiva a compra de produtos da agricultura familiar, dos empreendedores familiares rurais, das comunidades tradicionais indígenas e das comunidades remanescentes de quilombos.

“Não se pode negar atenção à importância para a sustentabilidade advinda da economia



Proposta busca incentivar a produção da economia solidária que terá prioridade nas compras dos programas oficiais de merenda escolar.

solidária, que opera por meio de organizações que se estruturam na forma de autogestão, promovendo a solidariedade e a justiça dentro dos sistemas produtivos, tendo como agentes as cooperativas, associações e bancos”, destacou Otto na justificativa do projeto.

Para o relator, senador Wellington Fagundes (PR-MT), dar preferência à aquisição de produtos para a merenda escolar de produtores rurais e suas cooperativas que operem em regime de economia solidária é essencial para fomentar a sustentabilidade no sistema produtivo familiar. “O projeto é meritório e está alinhado com o dever do Estado brasileiro de apoiar a educação básica pública e de promover o desenvolvimento sustentável do país”, afirmou o relator (Ag.Senado).

Projeto isenta milho em grão de PIS/Pasep e Cofins

A Comissão de Agricultura do Senado aprovou, ontem (4), projeto que suspende a incidência da contribuição PIS/Pasep e da Cofins sobre as vendas de milho em grãos e derivados. O projeto segue para a decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos. O autor do projeto, senador Cidinho Santos (PR-MT), propõe a isenção para o milho por razões de “justiça e isonomia”, uma vez que esse benefício tributário já ocorre para a soja e seus derivados.

“Essa diferença não se justifica, na medida em que ambos os complexos (soja e milho) contribuem de forma equivalente tanto no incremento da mão de obra direta ou indireta quanto na produção de alimentos para o consumo humano (óleos de soja e de milho) e de insumos para outras cadeias do agronegócio (farelos de soja e de milho para o consumo animal)”, argumenta o senador.

O autor considera fundamental a extensão para o milho do tratamento tributário concedido à soja, para viabilizar no país a produção de etanol a partir daquele cereal, que já está sendo realizada em quatro usinas localizadas no estado de Mato Grosso. “É premente a necessidade de se dar especial atenção à produção a partir da transformação de milho, como política de desenvolvimento, pois esse é o caminho mais lógico e eficiente para se agregar valor e verticalizar nossa produção agropecuária”, afirmou Cidinho.

O relator na CRA, senador Wellington Fagundes (PR-MT), avaliou a medida como de “suma importância”. Em seu relatório, Wellington acatou emendas da senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) que incluem o farelo de germe de milho e outros farináceos desse cereal entre os produtos beneficiados pela isenção (Ag.Senado).

Mudança nas regras de publicação de documentos de empresas

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou ontem (4) o projeto que dispensa as companhias fechadas (sem ações negociadas em bolsa) com menos de 20 acionistas e patrimônio líquido de até R\$ 10 milhões de publicar edital para convocar assembleia geral dos acionistas e documentos exigidos da diretoria da empresa, como os balanços. O projeto segue para o Plenário.

Hoje, a Lei das Sociedades Anônimas dispensa de publicação dos documentos apenas as empresas com menos de 20 acionistas e patrimônio líquido de até R\$ 1 milhão. Os senadores já haviam aprovado no ano passado a proposta, do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), mas durante a análise na Câmara os deputados incluíram uma emenda, que agora foi acatada.

A emenda da Câmara autoriza as companhias abertas (com ações negociadas em bolsa) a publicar na internet a versão completa dos documentos que é obrigada



Para o relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), as medidas vão reduzir os custos operacionais.

a divulgar, ficando para os jornais apenas a publicação da versão resumida. Entre estes documentos estão convocações para assembleias, avisos aos acionistas e balanços contábeis e financeiros. A Lei das S/A exige que estes documentos sejam publicados integralmente em um jornal de grande circulação e no diário oficial da sede da companhia.

As regras passam a valer em 1º de janeiro de 2022, de forma a garantir razoável acomodação

do mercado à alteração da sistemática de publicação dos atos societários. Para o relator na CAE, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), as medidas vão reduzir os custos operacionais das empresas e a burocracia. “A Emenda objetiva simplificar a publicidade dos atos societários da sociedade anônima, dispensando a publicação integral impressa em jornal de grande circulação e na imprensa oficial”, disse o senador (Ag.Senado).

Abertura de processo sobre caixa dois para Lorenzoni

O ministro do STF, Edson Fachin, autorizou a abertura de um processo para apurar o suposto recebimento de doações de campanha não declaradas - caixa dois - envolvendo o deputado federal Onyx Lorenzoni (DEM-RS), futuro ministro da Casa Civil do governo de Jair Bolsonaro, e a empresa proprietária do frigorífico JBS.

A abertura do procedimento foi feita a pedido da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, e trata-se de uma fase preliminar.

De acordo com a delação de ex-executivos da J&F, Lorenzoni teria recebido dois repasses em espécie no valor de R\$ 100 mil, um em 2012 e outro em 2014, a título de caixa dois. O deputado já admitiu publicamente ter recebido o repasse mais recente, sobre o qual pediu desculpas, mas sempre negou o mais antigo.

Foram abertos procedimentos para apurar o recebimento de caixa dois também pelos



Onyx Lorenzoni nega recebimento do caixa 2.

deputados Paulo Teixeira (PT-SP), Alceu Moreira (MDB-RS), Jerônimo Goergen (PP-RS), Zé Silva (SD-MG) e Marcelo Castro (MDB-PI), bem como pelos senadores Wellington Fagundes (PR-MT), Renan Calheiros (MDB-AL), Eduardo Braga (MDB-AM) e Ciro Nozueira (PP-PI).

Fachin, relator dos processos da Lava Jato, entendeu,

entretanto, que os novos processos não serão necessariamente de sua relatoria, pois os fatos narrados não guardam relação direta com a Lava Jato. O ministro encaminhou os casos para distribuição por sorteio entre todos os ministros da Supremo, com a exceção do presidente do STF, ministro Dias Toffoli (ABR).

Moro reafirma “confiança pessoal” em Onyx

O futuro ministro da Justiça e Segurança, Sergio Moro, reafirmou ontem (4) sua confiança no ministro extraordinário da transição, Onyx Lorenzoni, confirmado para assumir a Casa Civil a partir de janeiro. “[Ele] tem minha confiança pessoal”, disse Moro em entrevista coletiva.

A reação dele ocorre no momento em que o ministro Edson Fachin, do STF, atendeu pedido feito pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e determinou a abertura de uma petição autônoma específica para analisar as acusações de caixa dois feitas por delatores da J&F ao futuro ministro da Casa Civil.

“Eu já me manifestei anteriormente. É uma questão de Onyx. O que vejo é um grande esforço [do ministro Onyx] para a aprovação das 10 medidas do Ministério Público, razão pela qual foi abandonado por grande parte de seus pares. Ele tem minha confiança pessoal”.

Moro também falou sobre a estrutura que terá o ministério da Justiça, com a incorpora-



Futuro ministro da Justiça e Segurança, Sergio Moro.

ção de áreas do Ministério do Trabalho, que será extinto no próximo governo. Ele admitiu que é possível que o setor de registro sindical, seja transferido para sua pasta. “Ainda ainda está sendo definido. Há intenção de transferir a parte do registro sindical, que é um setor que teve muita corrupção no passado” (ABR).

País tem que reduzir burocracia e insegurança jurídica

O senador Dário Berger (MDB-SC) afirmou ontem (4) que o futuro governo tem um grande desafio pela frente: enfrentar os obstáculos que impedem o desenvolvimento do Brasil, como a burocracia e a insegurança jurídica. Na sua opinião, o excesso de normas e de órgãos provoca insegurança jurídica, uma vez que aumenta a chance de tomada de

conflitantes, divergentes e desconexas pela administração pública de todos os níveis.

Só na área tributária, foram editadas 390 mil normas federais, estaduais e municipais desde que a Constituição de 1988 entrou em vigor, fato que, na opinião do senador, representa um verdadeiro deboche com quem trabalha e produz. “Estima-se que, no Brasil, as empresas têm de lidar, em

média, com mais de 4 mil normas tributárias todos os meses. Portanto, somos uma pátria com um pé no futuro e outro acorrentado no passado”.

Para Dário Berger esse ambiente desfavorável aos negócios é antigo. Por isso, é importante superar essa realidade, resgatar o crescimento econômico e retomar o emprego e o aumento da renda (Ag.Senado).